



NOTA DE PUBLICAÇÃO DECRETO EXECUTIVO Nº 1.416 DE 26 DE OUTUBRO DE 2010

CERTIFICO que a cópia do presente documento encontra-se afixado no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Coronel Barros pelo período de 30 (trinta dias).

26 de 10 de 2010

Aprova o regimento interno da Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, e dá outras providências

OLIVAR SCHERER, Prefeito Municipal de Coronel Barros, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica HOMOLOGADO o Regimento Interno da Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI.

Parágrafo único. Uma Cópia do Regimento Interno será parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Revoga-se o Decreto nº 1.332, de 02 de março de 2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Coronel Barros, 26 de outubro de 2010.


Olivar Scherer,
Prefeito

Registre-se e Publique-se


Norberto Arno Müller
Sec. Mun. Adm. Planej. Finanças





Município de Coronel Barros

Junta Administrativa de Recursos de Infração de Trânsito – Jari **Regimento**

Art. 1º. A Junta Administrativa de Recursos de Infração de Trânsito – Jari, órgão colegiado vinculado ao órgão executivo de trânsito e integrante do Sistema Nacional de Trânsito, tem suas atividades reguladas pelo presente regimento, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Trânsito – Contran e registrada junto ao Conselho Estadual de Trânsito, nos termos da lei.

Art. 2º. Compete à Jari:

I – julgar em sede administrativa os recursos interpostos em decorrência de multas por infração de trânsito aplicadas no âmbito da circunscrição municipal;

II – atuar em colaboração e de forma articulada com o órgão executivo de trânsito municipal a fim de dar celeridade a suas decisões;

III - auxiliar o órgão de trânsito municipal nas campanhas de educação de trânsito;

IV – apresentar ao executivo municipal sugestões e estudos que visem ao aperfeiçoamento das condições viárias e à segurança do trânsito local;

V – articular-se solidariamente com órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito na formulação de consultas e encaminhamento de informações, sempre com vistas a melhor atender seus objetivos;

VI – cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito nos limites de suas atribuições.

Art 3º. Integram a Jari os seguintes membros, com respectivos suplentes:

I – um representante do órgão municipal de trânsito, que a presidirá;

II – um representante de entidade representativa da sociedade, escolhida preferencialmente entre aquelas que desenvolvem ações na área de trânsito;

III – um membro com conhecimento na área de trânsito, possuidor de, no mínimo, o ensino médio.

Art 4º. O mandato dos membros da Jari é de dois anos, permitida a recondução.

Art. 5º. Em caso de substituição de membros da Jari em meio a um mandato, o substituto cumprirá o tempo restante.





Art. 6º. Compete aos membros da Jari:

I – Por seu Presidente

- a) presidir as reuniões;
- b) representar a Jari para todos os efeitos e delegar tarefas a seus membros;
- c) distribuir os processos para análise de todos os membros, alternadamente;
- d) convocar as reuniões nos termos do presente regimento;
- e) solicitar ao Executivo Municipal os recursos necessários para o regular funcionamento da Jari;
- f) encaminhar o resultado dos julgamentos ao Órgão Municipal de Trânsito para as devidas providências;
- g) assinar as atas das reuniões;
- h) examinar, dar parecer, pedir vista e votar os processos de sua alçada;

II – pelos demais integrantes;

- a) examinar os processos entregues pelo Presidente, emitindo parecer;
- b) exercer o direito de voto sobre os processos em análise ou sobre qualquer assunto em pauta;
- c) pedir vista de qualquer processo em julgamento a fim de melhor examiná-lo;
- d) representar a Jari em atividades delegada pelo Presidente;
- e) contribuir no que for possível para que a Jari exerça melhor suas competências.

Art. 7º. A Jari é secretariada por servidor cedido pela Administração Municipal e subordinado ao Presidente, a quem incumbe:

I – organizar e manter o serviço de protocolo, recebendo e registrando os recursos;

II – organizar os serviços de arquivo e de expedientes da Jari;

III – secretariar as reuniões;





IV – despachar com o Presidente a fim de preparar a pauta da reuniões;

V – lavras as atas das reuniões, assinando-as com o Presidente;

VI – elaborar boletins com o resultado dos julgamentos, fixando-os no átrio da Prefeitura para conhecimento público;

VII – organizar a folha de pagamento de gratificações aos membros da Jari, quando for o caso;

VIII – exercer outras tarefas delegadas pelo Presidente.

Art 8º. A Jari se reunirá, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que um fato relevante assim justifique.

Parágrafo único – O Presidente poderá cancelar reunião ordinária caso não haja processo para exame ou outro assunto que a justifique.

Art. 9º. As sessões serão realizadas em data, local e horários fixados em calendário de conhecimento público.

Art. 10. A Jari somente poderá deliberar com a presença de todos os seus membros.

Art. 11. Os recursos apresentados à Jari serão distribuídos alternadamente a seus membros, como relatores, e julgados na ordem cronológica de sua interposição.

Art. 12. O recurso de infração de trânsito pode ser interposto pelo proprietário do veículo, condutor identificado ou regularmente indicado, pelo transportador ou embarcador, diretamente ou através de procuradores habilitados.

Art. 13. O julgamento será tomado pela maioria, cabendo a cada membro da Jari um voto.

Art. 14. A Jari não conhecerá de recurso interposto fora do prazo legal.

Art.15. A tramitação dos recursos na Jari levará em conta as normas estabelecidas pelo Contran e Cetran – RS para o processo administrativo.

Art. 16. A Secretaria da Jari manterá seu expediente externo no mesmo horário de atendimento dos órgãos da Prefeitura.

Art. 17. A alteração parcial ou total do presente Regimento somente poderá ocorrer em reunião especialmente convocada para essa finalidade, com a devida exposição de motivos.



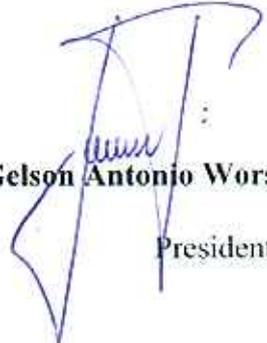


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Coronel Barros
Administração 2009-2012

Art. 18. A proposição de alteração no Regimento é competência comum da autoridade de trânsito e dos membros da Jari.

Art. 19. Os casos omissos serão decididos pela maioria dos membros da Jari, no âmbito de sua competência.

Coronel Barros/RS, 26 de outubro de 2010.



Gelson Antonio Worst
Presidente

